CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 22.261/16/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000381381-21
Impugnação: 40.010139325-60
Impugnante: Gilson Rodrigues Valente
CPF: 004.287.526-91
Proc. S. Passivo: Dilson Chaves de Meira
Origem: DF/Ipatinga

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA devido, em virtude da constatação de que o proprietário do veículo tem residência habitual neste estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do Código Tributário Nacional - CTN. O registro e o licenciamento do veículo no Estado do Espírito Santo, não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Corretas as exigências de IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores), referente aos exercícios de 2010 (proporcional à data de aquisição) e 2011 a 2015, devidos ao estado de Minas Gerais, em virtude de registro e licenciamento irregular do veículo TOYOTA/HILUX-SW4 SRV 4x4, RENAVAM 250179822, placa MTT-4985, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo, uma vez que o Contribuinte tem residência e domicílio em Coronel Fabriciano, em Minas Gerais.

Exige-se IPVA e Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03.

Inconformada, o Autuado apresenta, tempestivamente e por seu procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 109/114, contra a qual a Fiscalização manifesta-se às fls. 150/156.

DECISÃO

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores), referente aos exercícios de 2010 (proporcional à data de aquisição) e 2011 a 2015, devidos ao estado de Minas Gerais, em virtude de registro e licenciamento irregular do veículo TOYOTA/HILUX-SW4 SRV 4x4,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RENAVAM 250179822, placa MTT-4985, no município de Guarapari, estado do Espírito Santo, uma vez que o Contribuinte tem residência e domicílio em Coronel Fabriciano, em Minas Gerais.

A questão do domicílio tributário, para se aferir o sujeito ativo da relação tributária competente para exigir o pagamento do IPVA, precisa ser analisada no contexto da legislação que rege a matéria.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem em outro, diferente daquele em que houve o registro do veículo.

Essa prática implica perda de arrecadação para o estado e município de residência do proprietário do veículo.

No caso do estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que, ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no estado.

(...)

Art. 4º - Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

(...)

Art. 10 - As alíquotas do IPVA são de:

I - 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II - 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

(...)

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

estabeleceu que o IPVA será devido ao estado de Minas Gerais quando, em regra geral, o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no estado.

Cabe, todavia, indagar quais as condições determinantes para que o veículo esteja sujeito ao registro e licenciamento no estado de residência de seu proprietário.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (Grifou-se).

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se que, não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade.

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN (Código Tributário Nacional), posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária, que assim determina:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

(...)

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA, é o previsto no artigo supramencionado, o qual determina que as pessoas registrem seus veículos na unidade da Federação onde residam com habitualidade.

Essa assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Passa-se, então, à análise dos fatos e dos documentos anexados aos autos pela Fiscalização, para comprovar o domicílio tributário do proprietário do veículo, no estado de Minas Gerais.

Cumpra-se destacar, sobre tais aspectos, os seguintes:

1) recebimento de todas as correspondências expedidas pela Secretaria de Estado de Fazenda em seu domicílio tributário, situado a Rua Marechal Floriano, nº 351, Centro, em Coronel Fabriciano;

2) registro e licenciamento de seu outro veículo Ford Focus S 1.6 H, placa OWX-8434, em Coronel Fabriciano;

3) propriedade do veículo Toyota Hilux CD 4x4 SRV, registrado e licenciado em Coronel Fabriciano com a placa GZX-9695, conforme notificações de trânsito do ano de 2010;

4) DANFE/NFe nº 005.955, série 001, emitida pela Kuruma Veículos Ltda em 18/09/10, referente ao veículo, objeto da autuação, onde consta o número de telefone fixo do adquirente/impugnante (nº 31-3842-3391) localizado na cidade de Coronel Fabriciano;

5) consulta ao banco de dados da Receita Federal contendo a indicação feita pelo próprio Sujeito Passivo, do município de Coronel Fabriciano, Minas Gerais, como sendo seu domicílio fiscal;

6) consulta ao *site* do DETRAN/ES, para o veículo Toyota Hilux SW4 SRV 4x4, placa MTT-4985, apontando infração de trânsito na cidade de Coronel Fabriciano;

7) consulta ao *site* da CEMIG e conta de energia elétrica demonstrando consumo no endereço de residência/domicílio do Autuado em Coronel Fabriciano;

8) consulta ao *site* da COPASA e conta de água demonstrando consumo no endereço de residência/domicílio do Autuado em Coronel Fabriciano;

9) consulta ao *site* do Tribunal Superior Eleitoral demonstrando que o Autuado possui o título nº 076628210230, da 97ª Zona, 17ª Seção, no município de Coronel Fabriciano, localidade de seu domicílio eleitoral e tributário;

10) consulta ao *site* do Telelistas (www.telelistas.net) onde se constata a propriedade da linha telefônica nº 31-3842-3391, na cidade de Coronel Fabriciano;

11) consulta ao *site* do DETRAN/MG onde se constata que a sua CNH de nº 015814584-44 foi entregue pelos correios em seu domicílio na cidade de Coronel Fabriciano;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12) cópia da CNH 015814584-44, pertencente ao proprietário do veículo, emitida em 10/10/13, onde consta o município de Coronel Fabriciano/MG, no local de emissão do documento;

13) reconhecimento de firma na carta enviada a DF/Ipatinga, em 02/05/11 e na procuração de 07/12/15, ambas do 1º Tabelionato de Notas de Coronel Fabriciano;

14) cópia da Carta de Concessão/Memória de Cálculo da aposentadoria, onde consta que o Impugnante recebe os seus proventos em agência bancária estabelecida em Coronel Fabriciano;

15) cópias da escritura pública de compra e venda do apartamento de sua propriedade, situado em Guarapari, onde se verifica que lavrado, no documento translativo de propriedade, como residência e domicílio, o endereço em Coronel Fabriciano;

16) cópia do Documento de Arrecadação Municipal Transmissão (DAMT) nº 112.585, referente ao ITBI da compra do apartamento em Guarapari, cujo recolhimento em 18/12/03 foi realizado na agência da CEF de Coronel Fabriciano, conforme carimbo apostado no documento;

17) contas de energia elétrica emitidas pela concessionária capixaba EDP Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, referente a consumo de eletricidade em seu apartamento de Guarapari, mas constando como endereço de entrega da conta, a sua residência e domicílio em Coronel Fabriciano;

18) faturas do cartão de crédito nº 4532.1170.6765.7552 enviadas para a sua residência e domicílio em Coronel Fabriciano;

19) embora em tais documentos constem a realização de compras nas cidades capixabas de Guarapari, Vila Velha, Vitória e Domingos Martins, estas ocorreram nos meses de alta temporada de verão (dezembro a março) e neles também constam compras em cidades do Vale do Aço;

20) faturas do cartão de crédito nº 4532.1170.6765.7552 enviadas para a sua residência e domicílio em Coronel Fabriciano, onde estão grampeados diversos comprovantes de compras em estabelecimentos comerciais situados em Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga;

21) fatura da linha telefônica nº 27-3361-6343, emitida pela Telemar Norte Leste, em nome da esposa do Impugnante, Sra. Zilá Ribeiro Silveira Valente, quitada em 13/02/13, na agência 2864-9 (Acesita) do Banco do Brasil na cidade de Timóteo (MG);

22) faturas da linha telefônica nº 27-3361-6343, emitidas pela Telemar Norte Leste, em nome da esposa do Impugnante, Sra. Zilá Ribeiro Silveira Valente, constando endereço de entrega e de cobrança, o domicílio tributário do Autuado, em Coronel Fabriciano.

Assim, o conjunto de provas trazido pela Fiscalização atesta, cabalmente, o município em que o Autuado reside com habitualidade, qual seja, Coronel Fabriciano/MG.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Impugnante alega, em síntese, que o art. 127 do CTN deixa, a critério do contribuinte escolher o seu domicílio e, que existe ressalva a respeito de quem possuir diversas residências ou vários centros de ocupação, que poder eleger, como domicílio, quaisquer destes locais, conforme dispõe o Código Civil e que reside a maior parte do tempo em Guarapari/ES,

Contudo, não lhe cabe razão, diante de todas as provas ora externadas, juntadas aos autos pela Fiscalização, donde se conclui que, incontestavelmente, a sua residência habitual, ou seja, o local onde ele permanece a maior parte de seu tempo, é, de fato, em Minas Gerais.

Portanto, conclui-se que, pela legislação posta, o sujeito ativo competente para receber o IPVA é o estado da Federação em que reside com habitualidade o proprietário do veículo, e, no caso em exame, é o estado de Minas Gerais, pelas provas constantes dos autos.

Assim, evidenciada a falta de pagamento do IPVA, a Fiscalização está correta ao exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03, *in verbis*:

Art. 12 - O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

(...)

§ 1º - Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

(...)

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Pela Fazenda Pública Estadual, sustentou oralmente o Dr. Bruno Rodrigues de Faria. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Wagner Dias Rabelo (Revisor) e Carlos Alberto Moreira Alves.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2016.

Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior
Presidente

Cindy Andrade Moraes
Relatora